## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA Gabinete do Corregedor

## PORTARIA № 1498, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO PROCESSO Nº 0000042-32.2019.8.02.0073.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO, a entrada em vigor do Código de Normas das Serventias Judiciais da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** o conteúdo do Parágrafo único do art. 152, do mencionado Código, que poderá delegar a Juiz de Direito ou a Comissão de Servidores Efetivos a apuração de que trata o *capu*t deste artigo, quando necessário para elucidação dos fatos;

**CONSIDERANDO**, os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO**, por fim, o que consta nos autos do Procedimento de nº 0000042-32.2019.8.02.0073.

## **RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor **Gláucio Guimarães Medeiros**, analista judiciário, para apurar possível *ausência* injustificada ao trabalho pelo período de 16/08/2016 a 29/08/2018, tendo em vista a negativa de sua recondução, por parte da Presidência deste Sodalício, para exercer mandato classista na Federação Interestadual dos Servidores Municipais e Estaduais — FESEMPRE perfazendo possível violação de deveres dos servidores previstos no art. 118, incisos III e X, e a proibição elencada no art. 119, inciso I, todos da Lei Estadual nº 5.247/91.

Art. 2º Designo o juiz auxiliar João Paulo Martins da Costa e as servidoras



## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA Gabinete do Corregedor

Adriana Medeiros Mascarenhas e Luciana Maria Viana Lira, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante.

Art. 3º A Comissão Processante deverá apresentar relatório conclusivo em 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 19 de novembro de 2019

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza Corregedor-Geral da Justiça